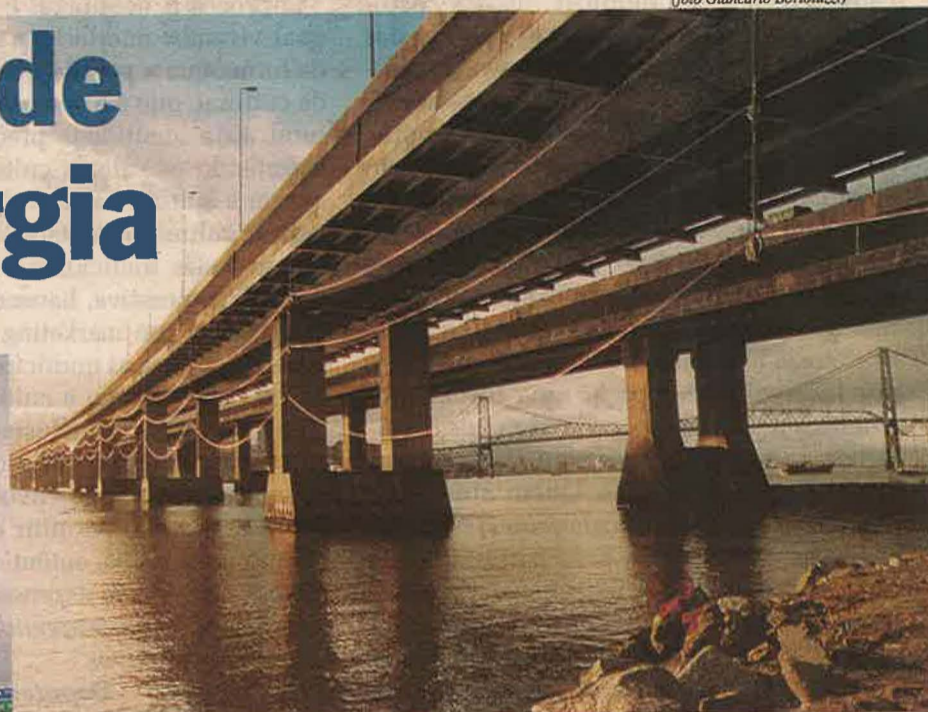




AL debate fragilidade do sistema de energia elétrica da Capital

(foto Alberto Neves)



Na lateral da ponte, a linha de transmissão colocada em 19 horas e o trabalho dos funcionários na cabeceira insular

As causas e as conseqüências do apagão que deixou a Ilha de Florianópolis às escuras por 55 horas entre os dias 29 e 31 de outubro, e mais algumas horas nos dias 1º e 2 de novembro, ações para prevenção de novos acidentes e alternativas para tornar menos frágil o fornecimento de energia elétrica, foram debatidos em sessão especial na manhã de quinta-feira (6).

O presidente da Celesc, Carlos Rodolfo Schneider, da Eletrosul, Milton Mendes, o representante do Ministério Público Es-

tadual, Fábio Souza Trajano, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que também preside o Grupo Executivo de Energia, representantes de consumidores, além dos deputados, debateram durante mais de três horas o assunto.

A proposta de discussão do problema em audiência pública foi de iniciativa do presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), com aval dos líderes de todas as bancadas representadas no parlamento catarinense. Schneider reconheceu que o sistema de distribuição de energia para a Ilha é vulnerável.

Página 7

Segurança Pública

Finanças aprova proposta de reajuste

Plenário e galerias lotadas de servidores da área de segurança pública de todo o estado. Assim foi a reunião ordinária de quarta-feira (05) da Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Antônio Ceron (PFL), que tratou da votação e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 28/03, de origem do Executivo. A proposta reorganiza a estrutura administrativa e remuneratória daqueles servidores.



Página 6

Dia Nacional da Cultura

(foto Jonas Lemos Campos)



Um número expressivo de atrações artísticas e culturais movimentou as dependências do Legislativo na quarta-feira (5), em comemoração ao Dia Nacional da Cultura. A iniciativa partiu do presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT).

Página 11

Conflito de terras

AL defende alteração da Constituição

Cerca de 200 agricultores presentes à audiência pública realizada em Seara, no dia 30 por iniciativa da Comissão de Agricultura, pediram, em síntese, uma alteração na Constituição Federal, que não prevê indenização aos proprietários de imóveis rurais que adquiriram terras legalmente, em áreas

que são consideradas indígenas.

Vários documentos pedindo providências para o problema foram entregues pelas associações de agricultores ao deputado João Rodrigues (PFL), requerente da audiência. Documento formal será encaminhado à bancada catarinense em Brasília, defendendo a alteração.

Página 5

Haloween ou Curupira?

A cultura brasileira é considerada uma das mais ricas do mundo. A diversidade e a riqueza do folclore nacional são fruto da miscigenação de três povos, o ameríndio, o africano e o europeu. Anedotas, mitos de criação coletiva, histórias, fábulas, jogos (brincadeiras), festas, crendices, usos e costumes fazem parte do folclore - estudo das tradições ou crenças de um povo, expressas em suas lendas, canções e costumes - que compõe a cultura brasileira. *Boitatá, Boto, Caipora, Cuca, Curupira, Iara, Lobisomem, Mula-Sem-Cabeça, Negrinho do Pastoreio, Saci-Pererê, Romãozinho, Barba Ruiva, Mão de Cabelo, Quimbungo, Capelobo e Pirarucu* são alguns exemplos culturais, genuinamente brasileiros. Apesar dessa riqueza e diversidade cultural brasileira, por incrível que pareça, uma festa norte americana vem sendo, cada vez mais divulgada e comemorada por aqui, é o *Haloween* ou Festa das Bruxas. Quem ainda não viu em um filme americano, uma festa com abóboras e velas e pessoas fantasiadas de monstros, vampiros e fantasmas? Uma festa típica dos Estados Unidos, da Inglaterra e Canadá, na qual as crianças, às vésperas do dia de Todos os Santos, saem às ruas

batendo de porta em porta e pedindo doces. Festa de origem celta, povo que viveu nas ilhas britânicas antes de Cristo, era chamada originalmente de *All Hallows Eve*, que significa *Véspera do Dia de Todos os Santos* e comemorava o fim do verão.

O processo neoliberal e de globalização no qual vivemos interfere na cabeça das pessoas, de forma que a população se aliene da realidade cultural, que é a sua própria identidade cultural. Esta identidade precisa ser preservada, resgatando os valores culturais da região. Conhecer a cultura de outros países é importante, mas a "cultura importada" não pode substituir nossas festas tradicionais. A política cultural deve ser expressiva, havendo a necessidade de desenvolver um marketing cultural de retorno econômico para os municípios, explorando fontes que possibilitem a cultura e cujo resultado possa ser refletido inclusive em áreas periféricas. O Estado tem a obrigação de manter as riquezas culturais, que envolvem manifestações populares, e não permitir que outras culturas substituam a nossa, autêntica brasileira. "*O folclore é a mais bela expressão de um povo. Em suas diferentes faces aprendemos a cultivar idéias e conhecer povos*".

Deputado Paulo Eccel (PT)

Dos Direitos e das Garantias Fundamentais

O Inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal prevê que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". O Artigo 134 determina que "A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV. Porém, o que vemos não somente em nosso Estado, é uma crise sem precedentes nesta área, uma vez que, várias comarcas suspenderam ou estão por suspender o serviços da defensoria pública, não por falta de vontade em atender, mas por não estaremos profissionais recebendo seus honorários. A situação se arrasta desde 1995 sem solução. A dívida já chega aos 17 milhões de reais. Não podemos deixar de avaliar a situação financeira

estatal que há muito tempo não é das melhores. Mas não podemos aceitar que cidadãos carentes que necessitam de auxílio jurídico fiquem desamparados. Nós, representantes da sociedade no Poder Legislativo, não podemos ficar alheios e aguardar que a situação chegue a patamares insustentáveis. Lutar para que providências sejam tomadas é fazer, no mínimo, a nossa parte, pois trata-se de matéria de competência do Executivo. As manifestações decepcionadas da sociedade, que por várias vezes recebemos, como também, o apelo dos advogados que abraçaram essa causa, nos credencia a levantar o fato e a buscar iniciativas que possam trazer de volta a credibilidade da defensoria pública, garantindo esse direito ao cidadão. Com a palavra a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Deputado Jorginho Mello (PSDB)

AL em Montevideo

O deputado Sérgio Godinho (PTB) e o secretário da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e Mercosul da Assembléia Legislativa Flávio Monteiro representam o parlamento catarinense no II Fórum do Corredor Bioceânico Pacífico-Atlântico, nos dias 6 e 7 de novembro, em Montevideo, no Uruguai.

O evento pretende definir um tratado de integração para o desenvolvimento das exportações e importações entre os três es-

tados do Sul (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul) e os países que compõem o Mercosul, através da implementação de um corredor para escoamento da produção. Esse corredor sairá de Valparaíso, no Chile, passando pela Argentina, Paraguai, Uruguai, entrando no Brasil pelo portos de Rio Grande (Rio Grande do Sul), Itajaí, e São Francisco (ambos em Santa Catarina), seguindo por Paranaguá (Paraná) chegando a Santos (São Paulo). (SD)

Turismo no Mercosul

O Grupo de Trabalho criado no 1º Encontro de Integração Turística do Mercosul, que busca formar uma melhor estrutura para o atendimento do turista e incrementar o setor em Santa Catarina na próxima temporada de verão, reuniu-se pela terceira vez na manhã de quinta-feira (6). O encontro foi coordenado pelo chefe de gabinete da presidência, Luiz Antônio Alves de Azevedo, e contou com a presença da representante do secretário estadual de Relações Internacionais, Giselda Cherem; de representantes do Consulado Argentino e da Fundação República Argentina; Polícia Federal; Polícia Civil; secretaria estadual de Organização do Lazer; Infraero/Aeroporto Hercílio Luz e Santur.

O representante da secretaria de Organização do Lazer, Antonio Alencastro, informou que a

cartilha dirigida aos turistas, prestadores de serviços e órgãos públicos, para orientá-los, já está praticamente definida. Na próxima semana, o grupo terá em mãos o esboço do material, já entregue para a WG Propaganda, agência que atende àquele órgão. "Também vimos a cartilha da PRF e consideramos de excelente qualidade. Quanto aos portais turísticos, já estão sendo agendadas as inaugurações de 25 unidades em locais de fronteira e cidades turísticas do estado", informou Alencastro.

Luiz Azevedo avaliou como muito produtivas as reuniões com o grupo de trabalho, que encaminhou as questões para uma solução. "A questão dos vôos charter e a internacionalização do aeroporto de Navegantes estão sendo tratadas pelo presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT)", destacou. (CA)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Títon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Celso A. S. da Rosa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Aeroporto de Navegantes

O presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), participou de reunião com o governador Luiz Henrique da Silveira, na tarde de terça-feira (28) no Palácio Santa Catarina, para discutir a internacionalização do aeroporto de Navegantes e segurança pública. Também estavam presentes o secretário de Planejamento Armando Hess, o secretário de Segurança Pública João Henrique Blasi, o secretário de Desenvolvimento Regional de Itajaí Paulo Cruz, e a presidente da Associação Comercial e Industrial de Itajaí (ACII) Maria Isabel Sandri, além de empresários da região.

O governador iniciou a reunião com um telefonema ao brigadeiro Godinho, do Departamento de Aviação Comercial (DAC), para reiterar o pedido de uma linha comercial para a companhia GOL, para operar em Joinville, Navegantes, Criciúma e Florianópolis, com vôos diários, reforçado por Morastoni, que também falou com o brigadeiro.



Empresários e Morastoni conversam com o governador sobre a internacionalização

Segurança pública

Maria Isabel levou para a reunião uma lista de reivindicações dos comerciantes de Itajaí na área de segurança, encabeçada pelo aumento de efetivos. Morastoni lembrou que o município ainda sofre com o tráfico de drogas e o número de casos de Aids.

Segundo Blasi, a Operação Verão será antecipada para o início do mês de dezembro e 15 novos policiais militares estarão assumindo suas funções em Itajaí já em novembro. Ainda este ano a secretaria também irá liberar R\$ 100 mil para a aquisição de seis carros pequenos para patrulhar a cidade. "Compraremos também 280 pistolas que serão distribuídas em vários quartéis do estado, dando uma margem de 20 armas para cada um", contabilizou o secretário. (TK)

Rádio Difusora de São Joaquim comemora 40 anos

A Assembléia realizou nesta terça-feira (4) uma sessão solene para homenagear a Rádio Difusora de São Joaquim pela passagem dos seus 40 anos. Instalada oficialmente em 18 de maio de 1963, a emissora iniciou suas atividades na casa paroquial da cidade e depois ampliou sua potência para 1.000 W.

O deputado Sérgio Godinho (PTB), proponente da sessão, salientou a importante função social da Rádio Difusora. "Ela é o mais importante veículo de reaproximação e integração entre as pessoas de São Joaquim". Já para Dionei Walter da Silva (PT), a rádio significou o ponto de encontro da juventude. "Quando era mais jovem ia para Lages visitar meu avô, na época morávamos em Pouso Redondo, ficávamos ouvindo a rádio para saber que horas o ônibus chegaria".

"Tenho orgulho de poder comemorar a história e de poder confraternizar com quem contribui de fato para que a região serrana permanecesse e se reforçasse a cada dia", frisou o parlamentar Antônio Ceron (PFL).

Durante a sessão o diretor geral Sebastião de Souza Vieira, Antônio Paulo Remor, primeiro locutor da rádio, e o funcionário Silvio Silveira Filho receberam uma placa comemorativa em nome de toda a equipe.

Rogério Pereira, diretor administrativo, emocionou-se ao recordar a história da rádio que se confunde com sua própria história. "A nossa rádio representa a integração entre o nosso povo, ela foi o marco do desenvolvimento da nossa região e o aprimoramento do entretenimento e comunicação entre as pessoas". O prefeito municipal, Nelton Stélio Fontanella, confirmou a importância da emissora no desenvolvimento do município. "Além de levar notícias alegres e tristes aos nossos municípios, a Difusora nos trouxe melhorias para a indústria e o comércio. Com certeza nunca deixará de fazer parte da nossa história", finalizou. (DAB)



Deputado Godinho, Sebastião de Souza Vieira e Rogério Pereira

Lions completa 50 anos

O presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT), foi o anfitrião da sessão solene promovida segunda-feira (27), que homenageou os 50 anos do Lions Clube de Santa Catarina. Além dos deputados Genésio Goulart (PMDB), Mauro Mariani (PMDB), Dionei da Silva (PT) e Ronaldo Benedet (PMDB), estiveram presentes o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), leoninos e domadoras dos distritos LD 5, LD 8 e LD 9, governadores e ex-governadores do Lions e o convidado especial da noite - o presidente da Associação Internacional de Lions, o coreano Tae Sup Lee.

A sessão atendeu requerimento dos deputados Morastoni e Goulart, que falaram da satisfação e do orgulho em comemorar a data. Durante a solenidade o governador sancionou o projeto de lei de autoria dos promotores da sessão, criando o Dia do Leonismo Catarinense, que será anualmente comemorado no dia 15 de maio - dia da fundação do Lions

Clube Itajaí Centro, o primeiro do estado e o 5º mais antigo do Brasil. Através de projeto de resolução também fica criada a Comenda Parceria Comunitária Lions e Assembléia Legislativa, que passa a conceder anualmente essa honraria a 12 personalidades escolhi-

Deputados Goulart e Morastoni condecoram Agustin Soliva, ex-presidente Internacional do Lions



dalha comemorativa pelo aniversário do leonismo. Morastoni, por sua vez, recebeu dos três distritos uma placa comemorativa e a medalha especial SOL - Solidariedade, Ordem e Liderança. Também recebeu a medalha SOL o presidente internacional do Lions. (RMPP)

Natal Solidário

Com a presença do Papai Noel, crianças, funcionários e visitantes, a Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa (Afalesc), encerrando o "Projeto Ação Solidária - Doe a quem tem fome", entregou na tarde do dia 3 cerca de duas toneladas de alimentos. Os produtos arrecadados foram entregues às seguintes associações filantrópicas: Creche Hermenegilda Carolina Jaques (Ratones - Florianópolis), Aldeia Guarani de Massambu (Palhoça), Clube de Mães da Ponta da Barra (Laguna), Casa Espírita Frederico José Rolla (Saco dos Limões - Fpolis) e Centro de Educação e Treinamento Esperança (Bairro São Pedro - São José). Na mesma oportunidade, a Associação lançou o Projeto Natal Solidário, para arrecadar contribuições para um final de ano mais feliz para quem nada tem. (CA)

Escola do Legislativo no Norte do Estado

Carlos Agne

A Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Wilson Vieira - *Dentinho* (PT), promoveu nos dias 21 e 22 de outubro em Porto União e 23 e 24 em Joinville, palestras e cursos sobre mandato, orçamento público, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual de Ações (PPA), técnica e processo legislativo. O evento integra o Ciclo de Debates do Legislativo Municipal destinado a vereadores e assessores, visando ampliar o conhecimento e valorizar quem atua no Poder Legislativo.

Em Porto União, o Ciclo de Debates foi aberto pelo deputado *Dentinho* e contou com a presença do deputado Reno Caramori (PP), que proferiu palestra sob o tema "Concepção de Mandato". Em Joinville, *Dentinho* fez uma síntese dos trabalhos realizados pela Escola, salientando os objetivos que vão do desenvolvimento profissional, cultural e qualificação dos servidores da Assembléia na área de suporte técnico-administrativo, promoção de seminários e ciclo de palestras sobre temas atuais da realidade político-brasileira, fomento de pesquisas técnico-acadêmicas voltadas ao Parla-

mento, em cooperação técnico-científicas com outras instituições de ensino, desenvolvimento de programas de ensino visando à formação de futuras lideranças comunitárias e políticas, entre outras. "Vamos tentar ampliar nossas atividades para outros segmentos da comunidade catarinense, pois é uma forma de as pessoas entenderem melhor o funcionamento do Poder Legislativo", afirmou o parlamentar.

Os participantes também assistiram ao

painel apresentado pela diretora da Divisão de Documentação da Casa, Vera Lúcia Farias, que abordou o tema Técnica Legislativa e Processo Legislativo. "Nós estamos procurando mostrar aos vereadores e seus assessores como é a tramitação das proposições, o seu roteiro e encaminhamentos até transformarem-se em leis. Além disso, a redação legislativa aponta a técnica de escrever o projeto e a lei baseados na legislação federal, através da Lei Complementar nº

95 e na legislação estadual, pela Lei Complementar 208", explicou. A coordenadora do orçamento Regionalizado, Maria Helena Teixeira Diniz, e o servidor da Divisão Administrativa Financeira da Alesc, Vânio Cardoso Darella, falaram sobre Orçamento Público (LDO, LOA, PPA). Os deputados Simone Schramm (PMDB) e Francisco de Assis (PT) abordaram a *Concepção de Mandato*. O ciclo de debates iniciou em São Lourenço do Oeste e, além de Porto União e Joinville, a Escola visitará ainda Tubarão, Campo Belo do Sul, São Miguel do Oeste, Treze Tílias, Gaspar, Tijucas, São Joaquim, Chapecó, Ituporanga e Araranguá. (CA)



O ciclo de debates em Joinville e o deputado *Dentinho* (no destaque)



Sessão solene em homenagem a Videira

A Assembléia realizou na sexta-feira (24), no Centro de Eventos Vitória, em Videira, sessão solene em homenagem ao município, à Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (Amarp) pelos seus 35 anos de fundação, à Perdigão Agroindustrial, por 69 anos de atividades, e aos seus ex-parlamentares estaduais.

Denise Arruda Bortolon

Os deputados Onofre Agostini (PFL) e Romil do Titon (PMDB) foram os propositores do evento, que também contou com a presença dos deputados Antônio Ceron (PFL), João Paulo Kleinunbing (PFL) e Reno Caramori (PP), do prefeito de Rio das Antas e presidente da Amarp, João Carlos Munaretto; Antônio Justino Deon, presidente da Câmara de



Deputados e outras autoridades na abertura da sessão solene

Vereadores de Videira; Paulo Ernani de Oliveira, vice-presidente de operações da Perdigão e Carlos Alberto Piva, prefeito de Videira.

No mesmo dia ocorreu a inauguração da nova sede da Câmara de Vereadores, o que levou o deputado Onofre - que presidiu a

sessão -, a classificar a data como histórica. "Hoje é um dia histórico, não só pela inauguração, mas porque é a primeira vez que a Alesc vem até a Capital da Uva. Viemos aqui para prestar e hipotecar solidariedade à população e entregar a Lei votada pela Assembléia e sancionada pelo go-

por sua vez, salientou a lealdade da Perdigão à sua região. "Esta região é uma das mais bem equilibradas, mais bem distribuídas e desenvolvidas economicamente do nosso Estado, que com certeza é um Estado modelar dentro da federação brasileira", concluiu.

vernador do Estado, que declara Videira Capital Catarinense da Uva".

Titon lembrou que Videira está completando 59 anos de emancipação e destacou a importância econômica da Perdigão. "Uma empresa muito importante para nosso Estado", disse o parlamentar recordando a história do município e da empresa agroindustrial. Ceron,

"Nos enche de orgulho ver o índice de desenvolvimento dessa região, esse é o sonho de cada um que nasceu aqui, que veio para cá criar seus filhos com uma perspectiva melhor. Meu avô, Waldemar Kleinunbing, trabalhou nesta cidade, referência na produção alimentícia. É necessário continuar levando em frente esses ensinamentos e os nossos sonhos", observou João Paulo Kleinunbing. Logo depois, Caramori frisou que a Perdigão está presente em 80 países. "Essa empresa serve companheirismo e união social para todos que utilizam seus produtos e serviços".

Pedro Davi Penso, filho do ex-deputado Paulo Fiorante Penso, e Cid Victor Parigot de Souza, filho do também ex-parlamentar Pelágio Parigot de Souza, receberam uma placa pelos relevantes serviços prestados por aqueles parlamentares para a prosperidade e bem estar do município. A ida dos deputados a Videira rendeu algumas reivindicações que serão discutidas na Assembléia Legislativa. (DAB)

Terras indígenas: encontro propõe mudança na Constituição Federal

Rose Mary Paz Padilha

Depois de realizar audiências públicas nos municípios de Chapecô e Cunha Porã para discutir a polêmica sobre a demarcação de terras indígenas, a Assembleia Legislativa, através da Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), realizou no último dia 30, em Seara, Alto Uruguai catarinense, mais um encontro para essa discussão, através de solicitação do vereador daquela cidade, Valdir Giareta.

Desta vez, cerca de 200 agricultores dos municípios de Seara, Arvoredo e outros onde o problema é preocupante, estiveram reunidos no CTG Seara e Pampa, numa audiência pública presidida pelo deputado João Rodrigues (PFL). Também compareceram representantes do Incra, da Funai, da Federação de Agricultores do Estado, da Secretaria Estadual da Agricultura, da Justiça Federal, do Sindicato de Agricultores Atingidos pela Demarcação, prefeitos e vereadores daquela região.

A Constituição Federal de 1988 não prevê indenização aos proprietários de imóveis rurais que adquiriram terras legalmente, em áreas que são consideradas indígenas. Homens e mulheres, alguns com 70, 80 e até 90 anos de idade estão sendo ameaçados de serem des-

pejados de suas terras, num total de 303 propriedades, a exemplo do que já aconteceu em outros municípios do Estado.

Entre esses agricultores, Marie Elise Ordig, 90 anos, chamou atenção por sua história. Nascida na Alemanha, veio com sua família para o Brasil com apenas 11 anos de idade, atraídos pela proposta de colonização das terras. Em sua propriedade, localizada em Seara, Marie Elise e o marido criaram seus três filhos e agora ela vive o pavor de não ter para onde ir. Outros produtores rurais relataram suas angústias às autorida-

des que lá compareceram. Miraci Pecin, o marido e o filho vieram de Chapecô para se unir ao movimento que condena a desapropriação, sem o reassentamento. Moradores da comunidade de Sede Trentin, um dos primeiros locais onde houve o conflito entre índios e agricultores, na década de 80, a família já perdeu parte da propriedade, avaliada em R\$ 1 milhão. "Queremos dar uma carta de crédito de R\$ 360 mil para que a gente compre outra terra, em outro lugar. Isso não é justo, ter que pagar por uma terra que nós já compramos e pagamos", declarou o filho do casal.



Marie Elise, 90 anos, entrega documento ao deputado João Rodrigues

(foto Carlos Killian)

Emenda à Constituição Federal é a solução

O prefeito de Seara, Flávio Ragagnin, reclamou da falta de apoio dos governos federal e estadual nessa problemática. Antonio Marini, representante da Funai, reconheceu que deve haver revisão na legislação que trata da demarcação das terras consideradas indígenas – posição que também foi defendida pelo gerente de Assuntos Fundiários da secretaria estadual de Agricultura, Alacir Batista.

O coordenador regional do Incra, Sérgio Alzani, admitiu durante o encontro que é preciso analisar o problema e solicitou que os deputados catarinenses se mobilizem em Brasília para a justa indenização de quem será desapropriado. O deputado Rodrigues disse que o Incra tem obrigação de reassentar os produtores rurais. "Ou reassenta ou fecha as portas", afirmou. Para o representante da Justiça Federal, Roberto Fernandes, é preciso mobilização para compatibilizar os direitos dos índios e dos agricultores e que é dever dos Poderes buscar isso. Vários documentos pedindo providências para o problema foram entregues pelas associações de agricultores ao representante do Legislativo estadual. Documento formal com os encaminhamentos da audiência será encaminhado à bancada catarinense em Brasília, defendendo a alteração na Constituição Federal de 88.

Porto União recebe Assembleia

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), realizou audiência pública no dia 24 de outubro, na Câmara de Vereadores de Porto União, para homenagear o município pelo trabalho que tem feito na área da educação. O município foi considerado o terceiro do Estado no setor e busca aprimorar ainda mais os trabalhos para chegar à liderança.

Presentes na audiência, além da parlamentar, o prefeito Eliseu Milbach, o presidente da Câmara Municipal, vereador Celso Luis do Prado, a secretária municipal de Educação, Ivanilde Canever, o juiz da 1ª Vara e da Infância e Juventude de Porto União, Osvaldo Alves do Amaral, a promotora Luciana Rosa e a professora Aldair Manfinedi

do Conselho Tutelar, entre outras autoridades. Odete de Jesus, ao abrir a audiência, lembrou de sua infância, a maior parte vivida no município, onde após anos conseguiu chegar ao seu sonho de ser professora. "Queremos aproveitar para incentivar e sensibilizar os professores e as autoridades municipais para que seja inserido o Estatuto da Criança e do Adolescente na grade curricular, ou que se faça o entendimento das crianças sobre o ECA", disse.

A parlamentar distribuiu 500 cartilhas do Estatuto da Criança e do Adolescente para crianças da Escola Trem da Alegria e para todos os presentes. O prefeito Milbach disse estar sensibilizado pela homenagem e garante que o prêmio recebido ainda não é o esperado. "Queremos todas as crianças na sala de aula e não ter qualquer índice com referência ao analfabetismo em nosso município". (CA)



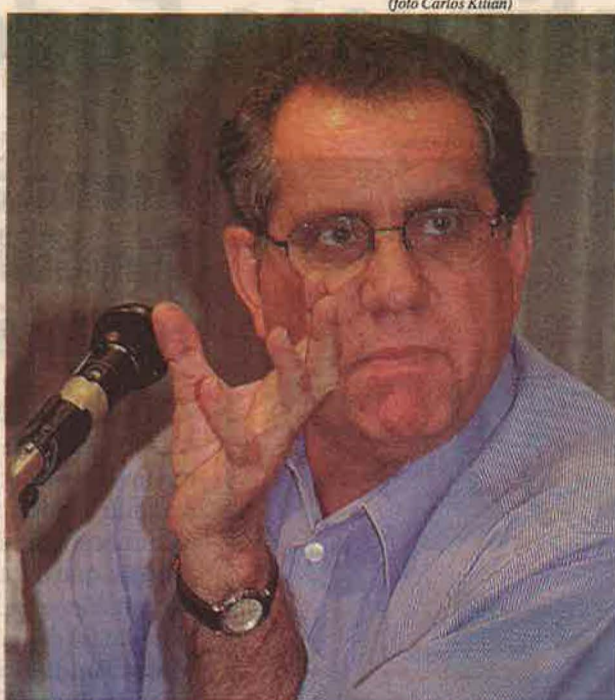
Deputada Odete entrega cópia do ECA a aluno da Escola Trem da Alegria

(foto Salom Soares)

Ex-reitor faz acusações a Zumblick

Em sua sexta reunião, realizada na segunda-feira (3), a Comissão Parlamentar de Inquérito da Udesc, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), ouviu duas, das três testemunhas convocadas. O ex-reitor da Universidade, Rogério Braz, foi o primeiro a ser inquirido pelo relator Dado Chereim (PSDB) e pelos deputados Julio Garcia (PFL), Lício Mauro da Silveira (PP), Simone Schramm (PMDB) e Wilson Vieira - *Dentinho* (PT). O atual diretor financeiro, Álvaro Nunes, seguiu-se a Braz e a outra depoente, professora Catarina Costa Fernandes, não compareceu.

Braz, que comandou a instituição entre os anos de 1990 e 1994, iniciou dizendo que considerava-se também responsável pela sua atual crise. Isto porque apoiou a candidatura de Raimundo Zumblick à reitoria, a quem classificou como um dos grandes responsáveis pela atual condição da Udesc, principalmente no que diz respeito ao ensino a distância. Em 2001, contou o ex-reitor, quando atuava como coordenador administrativo do ensino a distância, acabou saindo, exclusivamente, por problemas de política interna entre ele e Zumblick. "Em 1991, a



Rogério Braz ex-reitor da Udesc, durante seu depoimento

Udesc formou um grupo que viajou para alguns países da Europa e Estados Unidos para aprendermos como funciona o ensino a distância. Montamos um projeto que nunca foi implantado por problemas políticos", explicou. "Percebi que o reitor Zumblick estava usando o ensino a distância para se reeleger pela terceira vez e, por consequência disso, o atual ensino não é o que planejamos", completou.

Braz entregou à CPI dossiê anteriormente encaminhado ao Ministério

da Educação, contendo denúncias de diversas irregularidades no ensino a distância. "Entre as irregularidades estavam a ligação direta com os supervisores do ensino, além de ampliá-lo, desorganizadamente, o que fez com que perdesse a qualidade, uma vez que a Udesc não tem estrutura adequada para atender 15 mil estudantes. Hoje, seriam no máximo dois mil", afirmou. Quanto à demissão de 19 professores, disse que isso estava previsto. À medida que os cursos vão se concluindo, os profissionais são dispensados. "O que pode ter ocorrido é falta de planejamento para que os professores fossem pelo menos avisados antes", comentou.

O segundo depoimento foi do coordenador financeiro da Udesc, Álvaro Nunes, que, apesar de ter sua função citada por vários outros depoentes como a pessoa mais qualificada para responder algumas questões, pouco esclareceu sobre as irregularidades apontadas. Problemas como pagamentos suplementares de diárias, que teoricamente seriam esclarecidos pelo setor financeiro da universidade, não foram, já que Álvaro negou ter conhecimento sobre todos os assuntos questionados pelos parlamentares. (TK)

Academia das Águas pede apoio da AL

A solicitação de apoio a um grande projeto denominado *Academia das Águas* foi feita à Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Dado Chereim (PSDB), pela Organização Não Governamental (ONG) Ambiental Acqua Bios, durante a reunião realizada na tarde de quarta-feira (5). A organização quer a criação de um fórum permanente para tratar da questão da água, especialmente dentro de um programa que pretende implantar na região da Serra do Tabuleiro, na Grande Florianópolis.

"A nossa entidade é formada por equipe multidisciplinar, que objetiva a defesa e preservação do meio ambiente de forma sustentável, implantação de projetos que valorizem o meio ambiente sob o enfoque da água e a preservação da cultura, da ética, da cidadania, dos direitos humanos, sob o ponto de vista social", explicou o coordenador da Acqua Bios. Segundo ele, universidades, entidades públicas como as prefeituras de Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, Anitápolis, Águas Mornas, Alfredo Wagner e Angelina, já são parceiras no projeto. "Esperamos ter o apoio do Legislativo e do governo estadual para criarmos um Fórum Permanente para tratar do assunto água", observou.

Saad salientou também, que a ONG está engajada na defesa da região lagunar, abrangendo Laguna e demais cidades do entorno, contra a implantação de um aterro sanitário e tratamento e reaproveitamento de resíduos gerados na criação de suínos. Participaram da reunião os deputados Valmir Comin (PP), Simone Schramm (PMDB), Ana Paula Lima (PT), os convidados da Ambiental Acqua Bios, ambientalistas de renome internacional, Clóvis Miranda e Franklin Frederic, entre outras lideranças ligadas à questão do meio ambiente. (CA)

Reajuste da Segurança Pública

Plenário vota projeto na próxima semana

A reunião foi marcada por muita discussão, uma vez que o deputado Wilson Vieira - *Dentinho* (PT), relator da matéria nesta Comissão, rejeitou o substitutivo global ao projeto, anteriormente aprovado pela Comissão de Justiça. Em seu parecer, *Dentinho* acolheu o projeto original, de escala vertical, acatou a emenda nº 1, que trata da igualdade entre o salário dos delegados de polícia e dos peritos, e a emenda de sua autoria, que trata da

correção de 11 itens. As correções foram encaminhadas pelo secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, João Henrique Blasi, em resposta à diligência anteriormente solicitada pelos parlamentares. *Dentinho* rejeitou as emendas dos deputados Lício Mauro da Silveira (PP), Reno Caramori (PP) e Antônio Ceron (PFL).

A proposta de Ceron vedava qualquer iniciativa de aumento de despesas com pessoal, reajuste salarial e criação de novos cargos enquanto não fosse implemen-

tada a política salarial do setor de segurança e determinava ainda que, caso não fosse implementada até o final de 2004, o Executivo teria que reduzir em 30% os cargos comissionados para poder conceder o aumento.

A Comissão de Finanças aprovou o projeto original, com emendas e com restrições dos deputados João Paulo Kleinübing (PFL), Antônio Ceron (PFL), Reno Caramori (PP) e Antônio Carlos Vieira (PP). Os parlamentares da oposição declararam que a emenda nº 1, acatada pelo relator, não vem acompanhada de previsão de impacto financeiro e orçamentário e, portanto, não deveria ser acatada, já que o relator rejeitou as emendas dos deputados Ceron, Lício e Caramori, alegando justamente que não apresentam o presente estudo. O projeto será analisado pela Comissão de Trabalho e Serviços Públicos, indo à plenário em seguida, ainda na próxima semana, conforme prevêem os parlamentares. (RMPP/SD)



Blasi (ao microfone) e deputados integrantes das Comissões de Finanças e de Justiça

Alternativas para garantir abastecimento estão em estudo

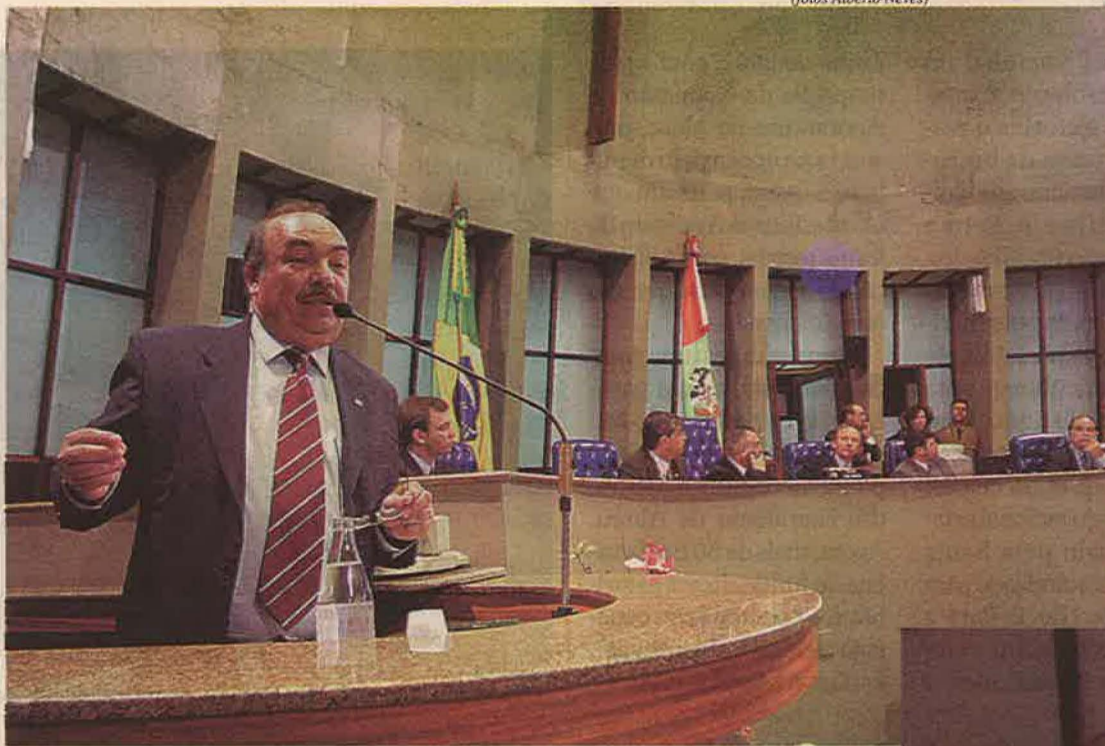
Dois novas linhas de transmissão de energia elétrica serão construídas para evitar que se repitam problemas como o apagão dos dias 29, 30 de outubro e primeiro de novembro. A informação é do vice-governador e presidente do Conselho Estadual de Energia, Eduardo Pinho Moreira, divulgada em primeira mão no programa "Troca de Opinião", da TVAL, dia 5, e repetida na sessão especial.

Moreira revelou que a Celesc vai acelerar o projeto para a implantação de uma linha alternativa. Esta segunda linha de transmissão passaria pela Ponte Pedro Ivo Campos, com capacidade para 138 kV (quilovolts) e um custo estimado em R\$ 10 milhões. "A alta temporada vem aí e precisamos garantias de abastecimento", disse.

Outra iniciativa prevista para reforçar o suprimento de energia na Ilha de Santa Catarina é uma subestação blindada, a ser construída na área central de Florianópolis. A obra foi autorizada pelo governador ainda antes do "apagão" e já está no orçamento, garantiu ele.

Vulnerabilidade

O presidente das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), Carlos Rodolfo Schneider, reconheceu a vulnerabilidade do sistema de abas-



Mendes (na tribuna) elogiou trabalho dos funcionários. No destaque, Schneider

tecimento de energia elétrica para a Ilha de Santa Catarina, logo na abertura da sessão. "É vulnerável, mas não é frágil", disse ele.

Ele confirmou que a área técnica ainda está realizando uma avaliação das causas do acidente e foram contratados laudos externos para identificar responsabilidades. Explicou

que o sistema que abastece a ilha não é fechado em anel, o que impossibilita alternar a rede, e anunciou que está nos planos da Celesc, para 2004, fechar o sistema de abastecimento em anel com a construção da subestação Mauro Ramos. Hoje existem as subestações Ilha-Centro, Ilha-Sul, Ilha-Norte e Trindade. (CAR/SD)

Eficiência

Milton Mendes, presidente da Eletrosul, destacou o entrosamento entre os mais de 500 técnicos da Eletrosul e da Celesc que instalaram em apenas 19 horas uma nova linha de transmissão para abastecer a Ilha. As obras só puderam ser iniciadas após o esfriamento das galerias onde o acidente aconteceu. Mendes lembrou que em 1999, quando um blecaute semelhante aconteceu na capital argentina, Buenos Aires, uma população de 750 mil pessoas ficou 12 dias às escuras. (RMPP)



(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Deputados avaliam responsabilidades

O deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) disse que se a Celesc tivesse investido no sistema de fornecimento de energia, o apagão poderia ter sido evitado e considerou inadmissível não haver uma linha alternativa.

Lício Mauro da Silveira (PP) ponderou que não há forma de garantir um sistema totalmente seguro e que, em relação à qualidade no fornecimento de energia elétrica, a Celesc é uma das melhores empresas do Brasil, porém vulnerável, enquanto o deputado Antonio Carlos Vieira - Vieirão (PP) questionou a direção da Celesc sobre as razões para impedir a manifestação dos funcionários envolvidos no acidente.

Para o deputado Manoel Mota (PMDB), não é possível obter respostas enquanto os laudos não estiverem prontos. Dado Cherem (PSDB) salientou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foi incoerente em considerar demorado o restabelecimento emergencial da energia. O deputado Reno Caramori (PP) considerou que o apagão não foi decorrência de falta de investimentos.

Líderes - O presidente da Casa,

deputado Volnei Morastoni (PT), destacou a necessidade de se reestabelecer a linha original e aprofundar o debate sobre o modelo energético no estado. O líder do PFL, Antônio Ceron, solicitou que a Celesc envie as informações sobre o que está previsto no Orçamento. O líder do PPB, Joares Ponticelli, questionou sobre a agilidade nas indenizações, principalmente aos pequenos comerciantes que não possuem capital de giro e as famílias mais humildes que perderam seus alimentos da compra do mês.

Para o líder do PMDB, Rogério Mendonça - Peninha, as manifestações demonstram o consenso de que o acidente foi uma fatalidade e elogiou os funcionários da Celesc e Eletrosul que reestabeleceram a energia em um curto prazo, minimizando os prejuízos. O líder petista Afrânio Boppé acha que é o momento para rever o modelo do setor energético e, em nome do PSDB, o deputado Djalma Berger cumprimentou a engenharia das empresas que trabalharam para viabilizar o cabo alternativo, enquanto a deputada Odete de Jesus (PL) obteve a confirmação do presidente da Celesc de que a amortização de qualquer novo sistema será repassada aos consumidores. (RMPP/SD)



Trânsito da Capital ficou caótico devido ao acidente

Audiência para discutir indenizações

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), agendou para o dia 24, às 9 horas, no plenário, audiência pública para discutir com a sociedade o ressarcimento dos danos em consequência

do apagão em Florianópolis. A parlamentar está convocando inúmeras entidades, como a Associação de Donas de Casa de Santa Catarina (Adocon-SC), Celesc, Vigilância Sanitária, Ministério Público, CDL, Aneel e Procon para o debate. (CA)

Manejo racional da bracatinga

O presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, deputado Mauro Mariani (PMDB), acompanhado dos deputados Clésio Salvaro (PSDB), Pedro Baldissera (PT), Reno Caramori (PP), Dionei da Silva (PT) e Rogério Mendonça - *Peninha* (PMDB), em conjunto com o presidente da Fatma, Sérgio Grandó, e o gerente regional do Ibama em Santa Catarina, Luiz Fernando Merico, participaram da assinatura, no dia 29 último, da resolução do

Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que autoriza o manejo racional da bracatinga. O mesmo ato também define a Fatma como órgão fiscalizador.

A bracatinga é uma árvore utilizada pelos agricultores, especialmente pelos fumicultores, para a secagem do fumo, além de servir para a confecção de palanques de cercas. Seu manejo racional estava proibido para Santa Catarina e autorizado para os estados do Paraná e Rio Grande do Sul. A resolução 310, assinada em

junho de 2002, com a participação da Comissão de Agricultura da Alesc, presidida na época pelo deputado Salvaro, permitiu que os catarinenses usassem de forma restrita, com a liberação de cortes apenas em seu estágio inicial.

“Conseguimos uma grande conquista, com a participação importante do Ministério Público, através do promotor de Justiça Alexandre Herculano de Abreu. Agora, mais de 50 mil famílias de fumicultores catarinenses poderão fazer o manejo racional da bracatinga”, explicou Mariani. (CA)



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Os parlamentares e Sérgio Grandó, presidente da Fatma, na sessão de assinatura

Finanças debate Defensoria Dativa

Formas de quitar a dívida de R\$ 17 milhões que, segundo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Estado tem com os advogados que defendem causas de pessoas carentes - defensoria dativa - foi o ponto central da audiência pública realizada pela Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Antônio Ceron (PFL), na tarde de segunda-feira (3).

O presidente da Casa, Volnei Moras-

toni (PT), sugeriu a inclusão de um valor maior destinado à rubrica da defensoria dativa no Plano Plurianual de Ações (PPA) 2003-2007 e no Orçamento estadual do próximo ano. “Se modificarmos o orçamento, há uma possibilidade de colocar as contas em dia, de forma simultânea. Essa seria uma das maneiras de se ir abatendo a dívida com a OAB/SC”.

O proponente da audiência e relator do PPA, deputado Jorginho Mello (PSDB), enfatizou que o tema já foi discutido na própria Comissão. “Sabemos que temos uma dívida que vem rolando de governo em governo. Temos que traçar um projeto que, pelo menos, coloque o PPA e o orçamento em sintonia

com a dívida. R\$ 800 mil estão destinados no PPA e R\$ 6 milhões no Orçamento, só que a dívida está em R\$16,7 milhões. Queremos contribuir com os advogados de SC, eles têm que receber o que é de direito”.

Adriano Zanotto, presidente licenciado da OAB/SC, afirmou que a quitação é mais importante para a sociedade do que para a própria OAB e que o governador se comprometeu de saldar a dívida. “Luiz Henrique assumiu o compromisso ainda em campanha. Os advogados utilizaram sua estrutura para realizar seus serviços e não foram pagos. Além do mais, a OAB está recebendo um valor insuficiente para realizar seus trabalhos. Quase nenhum advogado

está trabalhando na *Defensoria Dativa*. Por isso, apelo aos senhores deputados que encontrem um valor que satisfaça essas carências”, concluiu.

Segundo o presidente da Comissão da *Defensoria Dativa*, Giovani Rodrigues Mariot, seria necessário aprimorar a legislação. O deputado Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP) sugeriu uma conversa com o Executivo para garantir o pagamento de R\$ 1,5 milhão, que equivaleria a uma parcela em dia e uma atrasada. “Temo que essa audiência pública saia prejudicada, já que o secretário da Fazenda, Max Roberto Bornholdt, não pôde comparecer”, encerrou o deputado Reno Caramori (PP). (DAB)



(foto Carlos Kilian)

Zanotto, deputados Ceron, Jorginho Mello e Reno Caramori

Limpeza de pauta na CCJ

Com pouco mais de um mês para o início do recesso parlamentar, previsto para o dia 15 de dezembro, o deputado João Paulo Kleinübing (PFL), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), solicitou aos demais parlamentares que façam esforço para que nas próximas duas reuniões tragam para apreciação todos os projetos que encontram-se com pedido de vista ou aguardando relato.

A intenção é limpar a pauta e disponibilizar para a análise das

demais comissões e do plenário 23 projetos. Entre eles, duas propostas de emenda constitucional que tratam do voto secreto e de autonomia para os peritos oficiais criminais, além de projetos de lei como o que altera a tabela do Simples, institui o Código de Conduta da Administração Estadual, altera dispositivo de normas tributárias (Conselho Estadual de Contribuinte), outros de abrangência diversa e de declarações de utilidade pública. (SD)

Aproveitamento de alimentos

Sob a presidência do deputado Clésio Salvaro (PSDB), os deputados que integram a Comissão de Saúde aprovaram o Projeto de Lei nº 187/03, de autoria do deputado Herneus de Nadal (PMDB), que cria o *Programa de Aproveitamento de Alimentos Não Consumidos*. Pela proposta, a vigilância sanitária coordenará o programa, com o objetivo de fomentar a atividade de captação e distribuição de alimentos, diretamente nas indústrias, cozinhas industriais, restaurantes, mercados, feiras, sacolões ou semelhantes, diretamente ou por meio de entidades previamente cadastradas. Integram o programa, alimentos indus-

trializados ou não, que por qualquer razão, tenham perdido sua condição de comercialização, mas sem riscos para o consumo humano e que serão distribuídos às pessoas, grupos ou famílias carentes.

Poderão se habilitar para a doação pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pelos estabelecimentos acima citados. A coleta e a distribuição dos alimentos serão por meio de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, previamente cadastradas conforme critérios a serem definidos através do Conselho de Assistência Social de Santa Catarina. (RMPP)

Audiência discute estatuto de deficientes físicos

Deficiência física envolve 24 milhões de pessoas no Brasil

Coordenada pelo presidente da Comissão de Educação da Assembleia, deputado Paulo Eccel (PT), foi realizada no dia 23 audiência pública para discutir o *Estatuto da Pessoa Deficiente Física*. Estavam presentes os deputados Sérgio Godinho (PTB) e Jorginho Mello (PSDB); o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Adilson Ventura; o representante do Ministério Público, João Alexandre Massulin Costa; o presidente da Federação Catarinense de Educação Especial, Valsin Waltrick; o diretor de Assistência ao Educando, Pedro de Souza e, representando o senador Paulo Paim (PT/RS), autor do Estatuto, Santos Fagundes.

Eccel abriu a audiência lendo um texto escrito pelo senador gaúcho em defesa dos portadores de deficiência física no país. Segundo ele, várias audiências públicas estão ocorrendo no Brasil para que sua elaboração atenda às necessidades deste contingente, hoje com cerca de 24 milhões de pessoas. No legislativo catarinense já tramita projeto

de lei, de autoria de Wilson Vieira - *Dentinho* (PT).

De acordo com Adilson Ventura, portador de deficiência visual, o Brasil é um dos países que mais cria leis para a integração de deficientes na sociedade. Entretanto, é um dos que menos as executa. "O Estatuto visa reunir todas as leis já existentes, mas também irá assegurar que essas leis sejam cumpridas", afirmou. Santos Fagundes, portador de deficiência visual, afirmou que a luta em Brasília está apenas começando e muito há para se fazer. "Precisamos de escolas, acesso fácil à educação, ao lazer e principalmente, transporte público, para que tenhamos o mínimo necessário para exercermos nossa cidadania", argumentou.

Já Valsin Waltrick comentou que o as poucas vagas de trabalho destinadas aos deficientes físicos são mal distribuídas, visto que os que precisam de cadeiras de rodas para se locomover têm menos chance de conseguir o em-



Intérprete traduz na linguagem de sinais as manifestações dos deputados

prego do que outros tipos de deficientes. "As empresas não fazem as adaptações necessárias para os cadeirantes se mover, como reformas nos banheiros e

rampas de acesso", esclareceu. As sugestões e dados levantados na audiência serão encaminhados ao senador Paulo Paim. (TK)

Deputados evitam despejo de moradores

O deputado Dionei da Silva (PT), junto com os assessores dos deputados Wilson Vieira - *Dentinho* (PT), do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT), e do deputado federal Carlito Meres (PT), estiveram na manhã de quarta-feira (5) reunidos com a presidente da Cohab, Maria Darcy Mota Beck, para negociar o destino de 44 famílias que ocupam, há mais de três meses, o conjunto habitacional Morro Grande, em São Francisco do Sul. As famílias seriam despejadas no próximo dia 1º de dezembro.

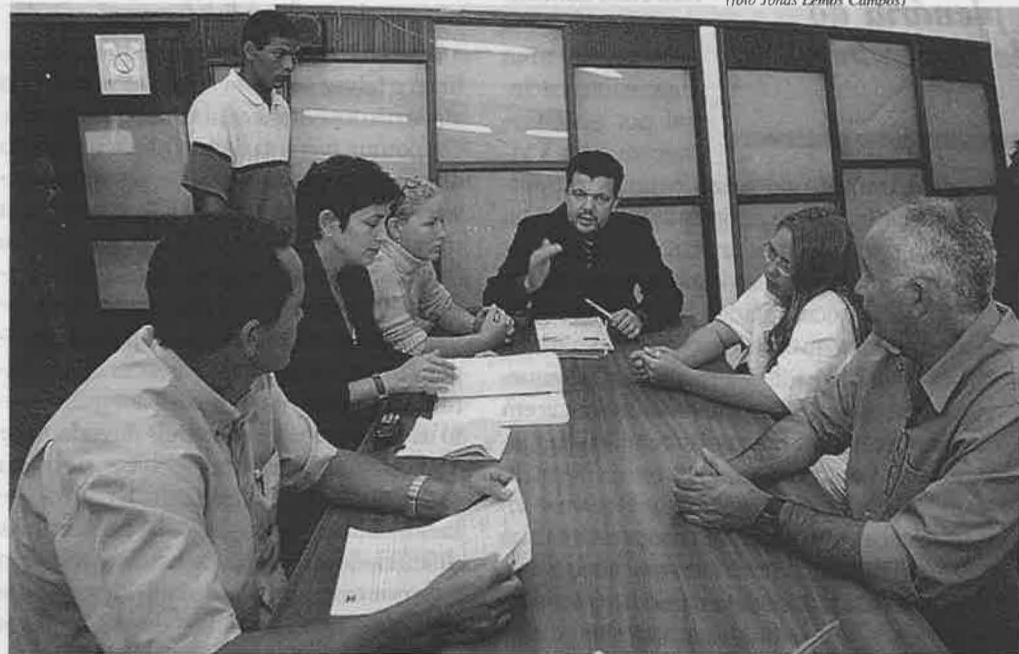
Dionei afirmou que esta primeira reunião foi de extrema importância para a resolução final do caso, já que a presidente da Cohab entendeu a situação e prometeu não despejar as famílias. "Demos o primeiro passo para que essas famílias permaneçam nas casas. Agora, vamos atrás de recursos federais e estaduais para ajudá-los a terminar as obras que ainda faltam", explicou.

Segundo o presidente da Associação dos Moradores da Cohab de São Francisco do Sul, Pedro Batista Gonsalves, as obras deste conjunto come-

çaram a ser construídas em 1996 e foram paralisadas dois anos depois, sem previsão de serem retomadas. "Tomamos posse de 44 casas, a maioria inacabada, cheia de mato e ratos. Através de mutirões e do nosso próprio dinheiro, estamos arrumando o conjunto aos poucos, já que não temos para onde ir", contou. "Somos pessoas de bem, com condições de comprar esses imóveis, não somos baderneiros", completou.

Conforme Dionei, Maria Darcy se comprometeu a fazer um levantamento das famílias que ocupam os imóveis para averiguar quais realmente têm condições de adquiri-los, para então regularizar a situação. "Eles estão sem água e luz, outro problema que precisamos resolver com a máxima urgência", disse.

Gonsalves informou que, na próxima sexta-feira, a Associação e os representantes dos parlamentares citados irão se reunir com a prefeitura e a Secretaria de Obras de São Francisco do Sul, para conseguir também este apoio. "Vamos tentar negociar uma verba para tentarmos terminar as casas. Já contamos com o apoio da Câmara de Vereadores", informou. "Com essas novas diretrizes, esperamos que nosso problema seja resolvido e possamos passar um natal cada um em sua casa", completou. (TK)



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Dionei durante entrevista coletiva em que explicou o caso à imprensa

Aprovado parecer do PPA

A Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Antônio Ceron (PFL), aprovou na manhã do dia 29 o parecer preliminar do Plano Plurianual (PPA) para o exercício de 2004-2007, apresentado pelo relator, deputado Jorginho Mello (PSDB).

Por sugestão dos deputados petistas Wilson Vieira - *Dentinho* e Dionei Walter da Silva, será incluído no parecer final as correções de obras previstas para determinadas cidades, que constam em outras, e ações sem valores. "São 1.680 ações com valor zero que já estão classificadas para não serem executadas. Se não corrigir, isso irá criar dificuldade até para apresentação de emendas", assinalou *Dentinho*.

O deputado Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP) observou que as prioridades apontadas pela população durante as 29 audiências públicas regionais não foram todas consideradas. O relator Jorginho Mello disse que, além do que já está contemplado, poderão ser incluídas algumas das indicações, desde que não apresentem conteúdo abstrato como, por exemplo, valorização salarial do magistério. O prazo para apresentação de emendas parlamentares vai até o dia 10 de novembro. O relatório final, que irá à votação em plenário, será apresentado e votado na Comissão de Finanças no dia 26 de novembro. (SD)

Qualificação é essencial ao cooperativismo

Scheila Dziedzic

As cooperativas catarinenses apresentaram faturamento de R\$ 4,5 bilhões em 2002, o que significa um crescimento de 34,62% em relação ao ano anterior. O setor agropecuário foi responsável pela maior fatia desta arrecadação com movimento de R\$ 3,3 bilhões. Os dados são da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc).

No ranking de receita operacional bruta, o ramo agropecuário é seguido pelas cooperativas na área da saúde com R\$ 621 milhões, de infra-estrutura R\$ 152 milhões, de crédito R\$ 147

milhões, e de transporte com R\$ 133 milhões.

O cooperativismo em Santa Catarina atua em 12 ramos. Para este sistema continuar em ascensão, o presidente da Ocesc, Luiz Hilton Temp, defende a qualificação do material humano que atua junto ao sistema cooperativista e o gerenciamento das entidades com princípios empresariais. Até o final de 2003, cerca de R\$ 3,1 milhões serão investidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) – valor 94% superior ao ano passado – na qualificação de dirigentes, funcionários e associados de sociedades cooperativas.



AL Notícias - O cooperativismo está sendo apontado como uma das soluções para a geração de emprego, renda, inclusão social. Este é, de fato, um caminho do cooperativismo?

Luiz Hilton Temp - Com certeza. O cooperativismo é um dos melhores caminhos que se tem hoje, entre a voracidade do capital e a necessidade do trabalho. É um instrumento importante de articulação das pessoas em torno dos seus interesses econômicos e com características sociais. Se você só der ênfase social numa cooperativa, você não vai ter esse processo de desenvolvimento, crescimento no aspecto econômico. Sempre digo que cooperativa é uma ferramenta muito importante, mas tem que ter as características econômicas como forma de organização das pessoas. Através do capital, dos resultados, você acaba também fazendo a inclusão social das pessoas. O conceito do cooperativismo é uma excelente organização econômica e social. E, pelos seus princípios e visão de juntar um grupo de pessoas em sociedade, tem se distorcido um pouco no caminho com ênfase demais no social e acaba não gerando resultados econômicos.

AL Notícias – É necessário se buscar equilíbrio entre o interesse econômico e o social nas entidades cooperativistas?

Luiz Hilton Temp – Exatamente. Por que nós nos juntamos entre pessoas para formar uma cooperativa? Para usufruirmos da nossa potencialidade de somar e constituir uma empresa. Mas ela tem que ter a característica da busca do resultado, do crescimento, do desenvolvimento. Para daí, em contrapartida à sua eficiência como empresa, ela estar gerando resultados sociais que os seus associados com certeza esperam dela.

AL Notícias - Qual é a importância do cooperativismo para Santa Catarina?

Luiz Hilton Temp - Em 2002, nós tínhamos uma participação de 10,6 % no Produto Interno Bruto (PIB) catarinense. Em 2001, esse percentual era de 9,6%. Isso mostra que estamos ampliando nossa participação e a importância do cooperativismo na economia do estado, em todos os

segmentos da atividade: trabalho, crédito, consumo, energia elétrica, saúde, agropecuárias, turismo, transporte. Hoje temos atuando em Santa Catarina 12 segmentos cooperativos. Pelo movimento econômico gerado, destacam-se o setor agropecuário, seguido das cooperativas de saúde e das cooperativas de crédito. Diria até que as agropecuárias sejam responsáveis por aproximadamente 80% deste movimento econômico. Nós temos hoje 450 mil associados que multiplicados por três, que é a média de pessoas por família que são dependentes de um cooperado, podemos dizer que cerca de 30 % da sociedade catarinense participa de forma direta e indireta de uma cooperativa. Na geração de emprego são mais de 16 mil postos de trabalho que as cooperativas geram de uma forma direta. No lado econômico há a produção, atividade industrial, a geração de renda e no lado social a geração de empregos, o envolvimento das pessoas.

AL Notícias - A busca do fortalecimento da cooperativa como uma empresa comercial em contraponto com o seu compromisso social não cria um conflito? No conceito do cooperativismo existe a questão social já bem enraizada.

Luiz Hilton Temp - Esse é um dos conflitos que o cooperativismo vive. Nos Estados Unidos é mais fácil articular as pessoas em torno do cooperativismo porque eles têm a cultura mais voltada para a busca dos resultados econômicos. E as cooperativas são vistas como um instrumento para isso. E nós, quando não se tem mais nenhuma outra opção, surge a idéia do cooperativismo aqui no Brasil. Infelizmente o cooperativismo brota nos países pobres ou em vias de desenvolvimento com mais facilidade nos momentos de dor, de crise, de dificuldade.

AL Notícias - A mudança nesta concepção passa pelo processo de orientação das pessoas envolvidas com o sistema cooperativista?

Luiz Hilton Temp - Sim. Nós em Santa Catarina se não tivéssemos investido na melhor capacitação dos nossos dirigentes, na melhor preparação dos nossos colaboradores e uma melhor conscientização dos nossos associados, não teríamos essa participação tão significativa no PIB catarinense. É fundamental que continue existindo um pesado investimento na questão da profis-

sionalização tanto dos dirigentes quanto dos associados. Temos investido em MBA, cursos em todas áreas, viagens internacionais para troca de experiências, pesquisas, coleta de informação junto a outros estados da federação. No grupo Aurora onde também atuo, realizamos pelo menos uma viagem internacional por ano. Começam a ter a vi-

são do mundo globalizado, quais as oportunidades que se apresentam lá fora e na volta tentamos nos articular para ocupar essas oportunidades e mesmo adaptá-las as nossas necessidades. Temos visto diferentes tipos de organizações cooperativistas, mas só tem tido realmente sucesso aquelas que conseguiram criar a consciência em seus dirigentes e associados que a cooperativa é um instrumento de busca de resultado econômico. Aquelas que têm uma conotação muito social são cooperativas que a médio e longo prazo são mal sucedidas, pois a entidade é vista como uma casa de caridade que está ali para ajudar só nos momentos de dificuldades. A partir do mo-

mento que uma cooperativa passa a não ser mais competitiva, os próprios associados acabam se retirando, porque ele não quer suportar o ônus que também tem que ser socializado dentro do quadro da entidade. A força e a energia têm que ser canalizadas para a busca de resultados.

AL Notícias - Como o cooperativismo catarinense pode projetar o estado no cenário nacional?

Luiz Hilton Temp - Nós temos sido escola e podemos dizer que junto com o Paraná somos os dois estados que temos o melhor modelo de cooperativismo com as entidades mais bem sucedidas em participação econômica, crescimento e desenvolvimento. Temos sido referência. São várias as palestras e visitas de outros estados para conhecer o nosso modelo de integração, intercooperação e os resultados que isso têm trazido. Um cooperativismo voltado para resultados, na busca constante da melhoria, do seu crescimento e esse crescimento que resulta no bem estar social dos nossos cooperados.

AL Notícias – Aqui no estado existem no setor frigorífico marcas já estabelecidas. Neste aspecto, a organização em confederações não geraria conflitos de interesses?

Luiz Hilton Temp – Acho que geram conflitos e talvez seja esta uma das razões que ainda não tenhamos nenhuma confederação. Ou porque nós não demos ainda a atenção devida na organização de cooperativas centrais, de segundo grau. No Brasil, se criou com mais facilidade as federações, mas que acabaram por se tornarem entidades de representação política, porque na verdade entraram em conflito com as organizações cooperativas de cada estado e as federações tiveram seus papéis um pouco distorcidos. Tanto as federações e as centrais deveriam ser agentes de atividades econômicas, de busca de resultados neste segmento. E não foi. Temos facilidade de nos articular na base, mas dificuldade de se organizar em um segundo grau que exige um outro nível de preparo de seus dirigentes, são outros desafios. São os conflitos que nós temos que administrar.

Temp receberá da Assembléia, em breve, o título de cidadão catarinense. O projeto de lei que o concede, de autoria do deputado Herneus de Nadal (PMDB), foi aprovado na sessão plenária do dia 5 de novembro.

Dia Nacional da Cultura

As atividades iniciaram com a Banda Marcial do Colégio Coração de Jesus, de Florianópolis, às 9 horas, no hall de entrada da Assembléia. No mesmo horário, na Galeria de Arte Meyer Filho, a professora Elizabete Merlim comandava a oficina de arte. Às 10 horas, a professora Miriam Vianna, do Colégio Coração de Jesus, dava orientações no programa intitulado "Hora do Conto". Às 11 horas, o grupo de capoeira Guerreiros dos Palmares se apresentou no hall. Às 12 horas, no restaurante, houve apresentação de violino da Bauer Produções.

No período vespertino, a sessão das 14 horas foi aberta com um recital de harpa do músico Pedro Miguel, enquanto no hall o Grupo Folclórico São José da Terra Firme, de São José, encantou os espectadores com o show de boi-de-mamão. Na Galeria de

Arte, a exposição do acervo de pinturas em tela da Alesc recebeu a companhia de artistas da Lagoa da Conceição, na Capital, de São José, e da localidade de Tijucinhas, em Tijucas. Além de oleiros, havia trabalhos em escultura de madeira, de vidro e de argila, cerâmica figurativa, tecelagem, renda de bilro, crivo, concha e em artes plásticas.

Durante a sessão, às 15 horas, os irmãos Pedro, Maria Teresa, Ana Luísa e Débora se apresentaram na formação do Quarteto em Fá. Às 16 horas, o plenário sediou outra apresentação de violoncelo e, às 17 horas, de violino. Finalmente, às 19 horas, no hall, a banda da Sociedade Musical Carlos Gomes, de Laguna, tocou seis músicas e os hinos brasileiro e catarinense. (RV)



Grupo folclórico deu um show com seu Boi-de-Mamão

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Sociedade Musical de Laguna encerrou as atividades do Dia

Apresentação de harpa no plenário

Refeições rápidas

Na sessão plenária do dia 4, foi aprovado projeto de lei de autoria do deputado Dado Cherm (PSDB), que obriga as redes de refeições rápidas de opções restrita – conhecidas pela expressão americana *fast food* –, estabelecidas em Santa Catarina, a informar a seus clientes a quantidade de valor calórico e nutricional contida nas suas refeições. O parlamentar justifica sua proposição visando a diminuição dos índices de prevalência de doenças nutricionais, em especial a obesidade, na população catarinense.

"A associação inadequada de práticas alimentares com a obesidade e a estreita relação entre estas contribui para a ocorrência e o agravamento de doenças como hipertensão arterial, infarto do miocárdio, diabetes melito e câncer", explica. Segundo ele, é um direito do consumidor o acesso à informação adequada e clara sobre a composição dos produtos consumidos, sendo que os avanços obtidos pelo Brasil na área de reciclagem nutricional obrigatória de alimentos e bebidas embaladas ainda não abrangem as refeições rápidas. (CA)

Agenda

Dia 10, 9 h – Audiência pública da Comissão de Saúde - Prestação de contas trimestral do SUS
Local: Plenário

Dia 10, 10 h – CPI da Dívida Pública ouve o presidente do Tribunal de Contas, Salomão Ribas Júnior
Local: Sala das Comissões

Dia 10, 14 h – Reunião da CPI da Udesc
Local: Sala das Comissões

Dia 10, 19 h – Sessão solene pelos 110 anos da Banda da Polícia Militar
Local: Plenário

Dia 11, 19h30min – Sessão solene em homenagem ao jornalista e cronista esportivo Roberto Alves
Local: Plenário

Dia 12, 18 h – Reunião da CPI da Casan
Local: Sala das Comissões

Dia 12, 19 h – Lançamento da 10ª Festa Estadual do Churrasco
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Comandante da PM chamado a dar explicações

A Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado João Rodrigues (PFL), vai convocar para a próxima quarta-feira (12) o comandante da Polícia Militar, Paulo Caminha, para dar explicações sobre os incidentes envolvendo membros da corporação, servidores de alguns deputados e até mesmo parlamentares. A decisão foi tomada em reunião realizada na manhã de quarta-feira (5), após nova manifestação do deputado Duduco (PP), acusando policiais de prática de racismo, reforçando denúncia que fez na semana passada em pronunciamento na tribuna.

Duduco informou aos deputados presentes, Lício

Mauro da Silveira (PP), Di-
onei da Silva (PT) e Narcizo Parizotto (PTB), que, há duas semanas nas proximidades da Assembléia, dois de seus servidores, por serem negros, foram parados por cinco policiais militares que apontaram armas sobre suas cabeças. Depois de ser chamado ao local, o parlamentar também se sentiu subjugado pelos PMs. "Quando cheguei ao local, um dos policiais chegou a me dizer literalmente que baixasse minha bola e que se tinha algo a temer. Isso foi uma falta de respeito, não só contra a raça negra como a um deputado. E o secretário Blasi ainda fica fazendo piadinha contra

minha pessoa pela imprensa. Isso é jogada política de quem quer concorrer à prefeitura de Florianópolis", denunciou.

Na mesma oportunidade, Parizotto citou outro caso envolvendo sua pessoa, quando foi desrespeitado também por soldados da corporação. Lício Mauro considerou esses fatos, somados a outros já ocorridos com Nilson Gonçalves (PSDB), Antonio Carlos Vieira – *Vieirão* (PP) e com o motorista da deputada Odete de Jesus (PL), que também teria sido vítima de discriminação racial. Os fatos foram considerados uma afronta contra o parlamento e contra os deputados. (CA)

Criado Conselho do Comércio Exterior

Com o objetivo de orientar e coordenar a política estadual de comércio exterior, visando à inserção competitiva dos produtos e serviços catarinenses no mercado internacional, foi aprovado o projeto de lei, de origem governamental, que cria o Conselho Estadual de Articulação do Comércio Exterior (Ceacex). O Conselho, conforme a proposta, deverá priorizar as micro e pequenas empresas e integrar e articular ações e programas realizados por órgãos estaduais que repercutam no comércio exterior.

Conforme justificativa do Executivo, o Conselho tira Santa Catarina de uma situação passiva quanto às políticas nacionais, e vai atuar como articulador de iniciativas que possam projetar as empresas catarinenses no mercado mundial. O Ceacex será subordinado à Secretaria da Articulação Internacional e será presidido pelo governador ou, na sua ausência, pelo vice-governador. (RV)

Tênis dá oportunidade para crianças carentes

Scheila Dziedzic

O tênis de campo já foi considerado um esporte de elite porque envolve altos custos para a compra do material exigido para a sua prática, necessita de quadras específicas, o grau de dificuldade na assimilação das suas regras é muito maior do que no basquete, vôlei ou futebol. Os torneios possuem um certo "glamour" pelos locais onde são disputados e pela pompa que os cercam.

As vitórias do catarinense Gustavo Kürten, no entanto, tiveram reflexos bem mais importantes no contexto social do estado, inspirando projetos como o Tênis Comunitário, que está sendo efetivado em Chapecó, através de uma parceria

envolvendo setor privado, poder público municipal e a Federação Catarinense de Tênis.

O Complexo Unimed é o idealizador da proposta, que está sendo implementada em outros municípios. Direcionada à crianças matriculadas em escolas localizadas em áreas mais pobres da cidade, o projeto objetiva a sua inserção social e estimula a responsabilidade social do setor privado. O fato de Gustavo Kürten ser idolatrado pela criança, facilita a interação, já que o sonho da maioria é "ser como o Guga". O esporte, assinalam os parceiros da proposta, é excelente para o desenvolvimento ao mesmo tempo em que mantém a meninada fora das ruas.



Proposta é ampliar o trabalho e atuar junto às famílias das crianças

Parceiros na inserção social

A iniciativa do projeto partiu do Complexo Unimed de Chapecó responsável pelo material, pela disponibilização do professor e pelo lanche servido ao final de cada treino. São parceiros o poder público municipal, que viabiliza o transporte até o local de treinamento, a Federação Catarinense de Tênis (FCT), pela coordenação técnica, a Unochapecó e o supermercado Celeiro, que complementa o lanche com frutas. O Tênis Comunitário é um programa de inserção social, além de desenvolver a responsabilidade social das empresas junto a comunidade onde atuam, explica Lediane Tizziani, do serviço social da Unimed. Ação semelhante é desenvolvida pela empresa em nove municípios catarinense. Ela diz ainda, que em uma segunda etapa, será feito acompanhamento dos alunos junto as escolas e, mais tarde, com as famílias para conferir os resultados alcançados pela atividade. No final de novembro, a empresa deverá promover um torneio de integração entre os participantes do projeto Tênis Comunitário.

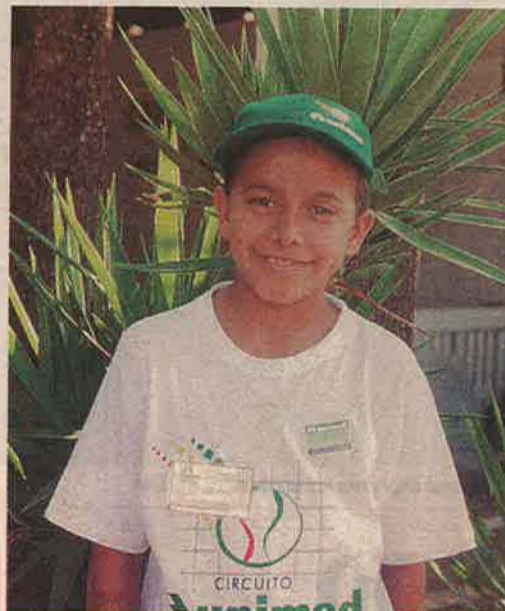


(foto divulgação)

Os pequenos atletas recebem lanches, fornecidos por empresas

Sonhos alimentados na realidade

Jonas Machado Nogueira, 11 anos, enxerga no tênis uma oportunidade diferenciada. Aluno da escola municipal Fedelino Machado, na periferia de Chapecó, ele é uma das 100 crianças e adolescentes com idade entre 10 e 14 anos que participam desde o início no mês de abril deste ano, do projeto Tênis Comunitário. Inspira-



Jonas Nogueira

do no minitênis é um esporte jogado em quadra pequena, rede baixa, bola lenta e raquete adaptada ao desenvolvimento da criança. "Quando eu crescer vou poder ser um treinador ou até mesmo um atleta. Antes, eu não tinha esta oportunidade. Eu quero aprender a jogar como o Guga", deseja. A opinião é compartilhada com os colegas Gabriel Maffessoni Viana, 9 anos, aluno da escola Diogo Alves da Silva, para quem participar do projeto significa adquirir novos conhecimentos e, principalmente praticar o esporte de seu ídolo Gustavo Kürten.

Todas as segundas-feiras, essas crianças e adolescentes são transportadas até o pavilhão 4 do Parque de Exposições Tancredo Neves onde recebem as orientações sobre o esporte. São dois períodos de treinamento comandados pelo professor Vadilson Alencar Alves e os dois monitores que o auxiliam. As aulas são ministradas de forma simples, descontraída, com jogos individuais e coletivos respeitando o progresso de cada um. Em uma primeira fase, os alu-

nos aprendem as regras para depois entrar em quadra. Com 32 anos dedicados ao esporte, o professor Vadilson tem nessa a sua primeira experiência com o trabalho comunitário. "É gratificante. Quero que eles sejam campeões nas quadras e na vida. Por isso, procuro passar a eles muita garra, força de vontade, disciplina

e respeito às regras. Condições básicas para o sucesso dentro e fora das quadras". Segundo Vadilson, o tênis desenvolve coordenação motora, os reflexos e o bom relacionamento e, principalmente, a disciplina "até porque as regras do tênis são bem rígidas".

O projeto Tênis Comunitário é desenvolvido com alunos matriculados nas escolas municipais Fedelino Machado, Sereno Soprano, Vila Páscoa, Diogo Alves da Silva e Jardim do Lago, localizadas em bairros de baixa renda e de maior vulnerabilidade social na periferia de Chapecó. Cada escola tem o direito de indicar 20 alunos para participar do Tênis Comunitário. A seleção ocorre na própria escola e de acordo com os critérios definidos pelos professores e pela direção. Alguns são indicados pelas boas notas, outros pela necessidade de melhor canalizar a energia da criança ou do adolescente. A preferência porém, é para os alunos que não estejam inscritos em nenhum outro projeto social.